



AMARANTE

CÂMARA MUNICIPAL

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA O ANO 2025

PARTE I – CLAÚSULAS JURÍDICAS

Pretende-se com o presente procedimento disponibilizar aos trabalhadores em funções públicas do Município de Amarante, "*A promoção da segurança e saúde no trabalhador*", em conformidade com o definido nos artigos 4.º n.º 1 al.j) e 16.º -A a 16.ºG da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP); da alínea d) do n.º 3 do artigo 5.º do Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na sua versão atualizada, bem como com o definido nas secções IV a VII, artigos 83.º a 110.º, aprovados pela mesma Lei.

O recurso à contratação de serviço externo de Medicina do Trabalho seguirá as normas contantes do Código da Contratação Pública, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atualizada, doravante CCP.

Cláusula 1.ª - Objeto

1 - O objeto do presente procedimento consiste na **Aquisição de serviços no âmbito de Medicina do Trabalho para o ano 2025**, aos trabalhadores do Município de Amarante, no conceito dado pelo artigo 16.º-B da LTFP.

2 - Fica consignado que o adjudicatário tem cabal conhecimento da localização do gabinete onde serão prestados os serviços de medicina do trabalho, assumindo totalmente o conjunto das obrigações e deveres inerentes à prestação de serviços especificada no presente documento.

3 - Quando o adjudicatário considerar que o desempenho das suas obrigações contratuais está a ser afetado por alguma circunstância que lhe não é imputável, deverá expô-la, por escrito, ao Município de Amarante, no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da ocorrência.

Cláusula 2.ª - Contrato

1 - O Contrato será composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos, quando haja lugar à sua redução escrito.

2 - Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito, os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no ponto n.º 4.2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª - Prazo e obrigações acessórias

O contrato inicia com a sua assinatura e termina a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Cláusula 4.ª - Elementos que devem ser indicados na proposta

A proposta deve mencionar expressamente que o preço indicado está isento de IVA e fazer-se acompanhar da declaração a que se refere o artigo 57.º, n.º 1, al. a) do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP.

Cláusula 5.ª – Autorizações concedidas ao adjudicatário

1 - O Adjudicatário, no exercício da prestação dos serviços, terá legitimidade e habilitação, concedidas pelo Município de Amarante, para solicitar os elementos indispensáveis tendo em vista resolver todas as questões que lhe sejam postas para efeito da normal prossecução dos trabalhos.

2 - O Adjudicatário garantirá, em permanência, a sua total independência relativamente aos trabalhadores em funções públicas dos serviços da Câmara Municipal de Amarante.

Cláusula 6.ª – Âmbito da intervenção – serviços a prestar

O objeto dos serviços a prestar, denominado por “**Aquisição de serviços no âmbito de Medicina do Trabalho para o ano 2025**”, consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações por equipa técnica qualificada tendo em vista a prevenção e a qualidade da saúde dos trabalhadores ao serviço do Município de Amarante, segundo normas que garantam a qualidade técnico-científica.

Cláusula 7.ª - Responsabilidades da Entidade Adjudicante

- a) Definir as suas políticas e estabelecer os seus objetivos, no que respeita ao serviço a contratar;
- b) Disponibilizar os recursos necessários, nomeadamente instalações adequadas, necessários à execução dos serviços;
- c) Prestar informação sobre os novos trabalhadores ao serviço da entidade contratante.

Cláusula 8.ª - Instalações

A equipa deverá realizar a prestação do serviço nas instalações da Câmara Municipal de Amarante, em sala própria preparada para o efeito.

Cláusula 9.ª - Pessoal do Adjudicatário

1 - O Adjudicatário é o responsável pelas obrigações relativas ao seu pessoal afeto à execução dos trabalhos, bem como pela sua aptidão profissional e disciplina.

2 - O Adjudicatário obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho, medicina no trabalho e encargos sociais legalmente fixados a todo o seu pessoal, bem como de seguros de trabalho.

3 - O Município de Amarante reserva-se o direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos ao adjudicatário qualquer elemento do seu pessoal que haja revelado deficiente desempenho das funções que lhe estão cometidas, desrespeitando os trabalhadores do Município de Amarante, seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes, ou ainda provocando indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem deverá ser fundamentada por escrito, quando o adjudicatário o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do agente indicado.

Cláusula 10.ª - Requisitos especiais

O adjudicatário deverá deter autorização válida para a prestação de serviços externos de Medicina do Trabalho emitida pela Direção-Geral de Saúde, conforme listagem publicada no microsite da Direção Geral de Saúde.

Cláusula 11.ª – Tratamento e proteção de dados pessoais de saúde

1 - O adjudicatário acederá aos dados pessoais e de saúde dos trabalhadores do Município de Amarante, no estritamente necessário à execução da prestação dos serviços objeto do presente procedimento.

2- O adjudicatário, na qualidade de subcontratante para efeitos de RGPD e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Amarante e seus trabalhadores, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

3 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato, bem como deverá o subcontratante adotar todas as medidas necessárias e adequadas à segurança do tratamento, transmissão e arquivo de informação sensível.

4 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que

este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

5- Além do médico de medicina do trabalho, por dever profissional abrangido pelo dever de sigilo, o subcontratante deverá assegurar o cumprimento do dever de confidencialidade dos demais trabalhadores a alocar à presente prestação de serviços.

Cláusula 12ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dez anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 13.ª - Preço base

O preço base, sendo entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade da prestação a executar no presente procedimento é de **40.500,00 euros (quarenta mil e quinhentos euros)**, isento de IVA ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2 do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Cláusula 14.ª - Preço contratual

1 - Pelos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 15.ª - Condições de pagamento e faturação

1 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente após a receção da respetiva fatura, sendo a mesma validada pelo Gestor do Contrato.

2 - A remuneração a pagar está isenta de IVA, de acordo com o n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

3 - Da fatura deverá constar, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 8/2012, de 21/2, na sua redação atual, o número de compromisso, sob pena de devolução daquela e consequente não reconhecimento da obrigação, para além dos elementos constantes do artigo 299.º-B do CCP quando se trate de faturação eletrónica.

4 - O fornecedor/prestador de serviço, caso reúna as condições de proceder à faturação eletrónica deverá remeter para o Município de Amarante as respetivas faturas eletrónicas através de plataforma EDI. Contacte os serviços municipais para obtenção do guia e orientações de adesão à faturação do Município de Amarante.

Cláusula 16.ª - Penalidades Contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade contratante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade contratante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
- b) - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade contratante tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- c) - A entidade contratante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- d) - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade contratante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.ª - Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual da entrega dos bens a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos no número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratos do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratos;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou propagações se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada a outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.ª - Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Amarante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada para a sede do adjudicatário, através de carta registada com aviso de receção.

Cláusula 19.ª - Resolução por parte do adjudicatário

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 332º do CCP.

Cláusula 20.ª - Caução

Não é exigível a prestação de caução.

Cláusula 21.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal, Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª - Cessão da posição contratual e subcontratação

Não é permitida a cessão da posição contratual e subcontratação.

Cláusula 23.ª - Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser efetuadas, nos termos do artigo 468º do Código dos Contratos Públicos, através do correio eletrónico.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.ª - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, e o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. Responsabilidades do adjudicatário

É da responsabilidade do adjudicatário gerir técnica e organizacionalmente as atividades enquadradas no âmbito da sua proposta, competindo-lhe obter e mobilizar os meios humanos que sejam necessários à execução das ações a desenvolver, conforme previsto nos artigos 107.º e seguintes da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na sua versão atualizada, em conformidade com o previsto neste Caderno de Encargos, assegurando as seguintes ações:

a) Ficha clínica – de acordo com o estipulado no art.º 109.º aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, proceder à abertura da Ficha Clínica individual de todos os trabalhadores do Município de Amarante, bem como proceder à sua atualização sempre que necessário;

b) Exame de admissão – antes do início da prestação de trabalho ou, se a urgência de admissão o justificar, nos 15 dias seguintes;

c) Exames periódicos – anuais para os menores e para os trabalhadores com idade superior a 50 anos, e de dois em dois anos para os restantes trabalhadores;

d) Exames ocasionais – sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou acidente;

e) Ficha de aptidão – de acordo com o estipulado no art.º 110.º aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro;

f) Exame complementar – Realização de exames complementares (a critério médico) ou pareceres médicos especializados, de acordo com o risco associado à atividade desenvolvida:

- Espirometria;
- Exames audiométricos (controlo do disposto no art. 3.º e cumprimento do disposto nos artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 182/2006, de 6 de setembro);
- Teste de acuidade visual;

- Eletrocardiograma;
- Avaliação da tensão arterial.

g) Solicitar a realização de exames complementares considerados necessários para o exercício da atividade profissional do trabalhador.

h) Promover a organização e a manutenção dos registos do Fichero Clínico.

2. Periodicidade e horários

1 - Os serviços objeto do presente concurso terão a duração de **40 horas mensais** (artigo 105.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro), prestadas da seguinte forma:

- a) dias úteis, das 09.00 horas às 17.00 horas;
- b) 25 Horas/ano destinadas a formação/campanhas, que serão definidas pelo Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho em função da necessidade do serviço.
- c) contempla 800 trabalhadores.

3. Meios Humanos e materiais

1 - A mobilização dos meios humanos a constar da proposta e necessários à execução dos serviços a cargo do adjudicatário é da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes coloquem os seus conhecimentos, experiência e diligência na realização dos serviços que lhes estão cometidos no âmbito da sua capacidade profissional.

2 - A constituição da equipa de pessoal do adjudicatário que prestará serviços no Município de Amarante terá de incluir um **Médico com especialidade de Medicina do Trabalho** e uma **Enfermeira do Trabalho**, conforme art.º 103.º e 104.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, competindo-lhes exercer as funções correspondentes de forma a cumprir todas as ações constantes da cláusula 7.ª do presente Caderno de Encargos.

3 - Os equipamentos e consumíveis necessários à realização dos testes e outros necessários para vigilância da saúde dos trabalhadores são garantidos pelo adjudicatário.